



DEFESA NACIONAL: INDÚSTRIA E ORÇAMENTO

Jonathan de Assis
Cristiano Manhães
Marianna Braghini Deus Deu

INFORMES TEMÁTICOS 2021

Organizadoras
Juliana Bigatão
Marina Vitelli



Nº 6
ANO 2021

Apresentação

O **Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)** é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "**Informes Temáticos**", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2020, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação abarca o período de sete dias de trabalho de redatores e redatoras (de sábado à sexta-feira) e nele os materiais selecionados nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense são agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos, nos quais são destacadas as informações atinentes ao enfoque do *ObDEF*. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "**Informes Temáticos**" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Na produção dos "Informes Temáticos", contamos com o trabalho sério e competente de docentes e discentes da EPPEN-Unifesp e da Unesp-Franca e de pesquisadoras/es, pós-graduandos e pós-graduandas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas.

Convidamos toda a comunidade para apreciar os "Informes Temáticos" dos oito temas de maior destaque em 2021 na área de defesa e forças armadas: Ameaças à democracia; As leis de Segurança Nacional e Antiterrorismo; As forças armadas e a pandemia; As forças armadas e a Amazônia; As forças armadas e a segurança pública; Indústria e Orçamento de Defesa; Os militares no governo Bolsonaro; O 7 de setembro.

Deixamos também o convite para ler o [Anuário 2021 Forças Armadas e Defesa no Brasil](#), uma sistematização temática dos resumos dos informes semanais de 2021 e uma análise quantitativa do material jornalístico analisado.

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas
Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/Unesp)

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (EPPEN-Unifesp)

Equipe Informe Brasil- 2021

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira
Juliana de Paula Bigatão
Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Redação

- Alice Tomazzetti da Silveira
- Beatriz Grasio Campos
- Davi Campos Matos
- Débora Cruz Silva
- Gabriela Araujo da Silva
- Gabriela Lopes Ferreira
- Giovani Nunes de Aguiar
- Giovanna Palas Soares Santos
- Gislaine Amaral Silva
- Grazielly Dourado Santos
- Guilherme Evaristo R. Macieira
- Henrique Muniz Fernandes
- Isadora Antunes Botelho
- Jonas de Paula Vieira
- Juliana Haniu
- Léa Brieze Staschower
- Leonardo Pontes Vinhó
- Leticia Beneves
- Lisa Barbosa
- Lucas Rizzati Iquegami
- Maria Júlia Barbosa S. N. Scandiuizzi
- Marianna Braghini
- Rodrigo Freitas de Souza
- Thalia Cristina Vieira Lima
- Yuugo Gushiken

Créditos das imagens:

Capa: Muller Marin/Força Aérea Brasileira, modificada pelo ObDEF

Contracapa: Centro de Comunicação do Exército Brasileiro

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). ASSIS, J. A.; MANHÃES, C.; DEUS DEU, M. B. Defesa nacional: indústria e orçamento. Informe Temático 2021. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2022.

DEFESA NACIONAL: INDÚSTRIA E ORÇAMENTO

Jonathan de Araujo de Assis

Doutor em Relações Internacionais pelo
PPG San Tiago Dantas.

Cristiano Manhães

Graduado em Relações Internacionais pela
UNESP/Franca.

Marianna Braghini Deus Deu

Doutoranda em Relações Internacionais no
PPG San Tiago Dantas.

Em 2021, o cenário político e econômico brasileiro foi profundamente marcado pela continuidade da pandemia da Covid-19. Dessa forma, assuntos de relevância para o debate público como orçamento e indústria de defesa foram relativamente pouco abordados pelos três periódicos analisados no corrente ano. Nesse sentido, analisamos como os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* abordaram os temas de indústria e orçamento da Defesa. Alguns dos temas que receberam destaque pelos periódicos foram: os projetos estratégicos das forças, a crise envolvendo a Embraer e a Força Aérea Brasileira (FAB) e o panorama geral do orçamento da Defesa.



Indústria e Orçamento de Defesa em 2021: armas e picanha?

Um dos temas que marcou a pauta da indústria de defesa em 2021 foi a decisão da Força Aérea Brasileira (FAB) de reduzir sua encomenda de cargueiros militares KC-390 da Embraer, abrindo uma crise com a empresa. Embora houvesse se comprometido em 2014 a comprar 28 aeronaves pelo valor de 7,2 bilhões de reais, a FAB anunciou a diminuição da encomenda com a justificativa de restrições orçamentárias que afetaram seus programas estratégicos militares, tanto no tocante à aquisição quanto em relação ao suporte logístico no longo prazo. Em nota, a Embraer afirmou que irá buscar “medidas legais relativas ao reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos, bem como avaliará os efeitos da redução dos contratos”. Destaca-se que o KC-390 é considerado o principal produto aeronáutico militar brasileiro e que, além de Portugal – principal cliente da aeronave de produção brasileira –, estimam-se vendas internacionais para cerca de 70 países. Esse recuo marcou uma crise entre a Aeronáutica e a Embraer, especialmente quando se considera que a redução na encomenda ocorre em um contexto de chegada dos primeiros caças Gripen da empresa sueca Saab comprados pela FAB, prevista para o primeiro semestre de 2022.

Quanto aos caças Gripen, em 2021 iniciou-se na Suécia o curso operacional da aeronave para pilotos brasileiros do 1º Grupo de Defesa Aérea (GDA). A incorporação dos aviões na frota Aeronáutica ocorrerá após ensaios de voo e concessão do Certificado de Tipo Militar. O contrato assinado em 2014, no âmbito do projeto FX-2, no valor de 29 bilhões de coroas suecas – equivalente a 24 bilhões de reais – prevê a entrega de 36 aeronaves até 2026, assim como a produção integral de 15 dessas aeronaves no Brasil, a transferência tecnológica a empresas brasileiras e a incorporação do país na cadeia produtiva global de aviões. Conforme noticiou a Folha de S. Paulo, estima-se que o acordo gere em torno de 21 mil novos empregos no Brasil, em razão da transferência de tecnologia e do desenvolvimento

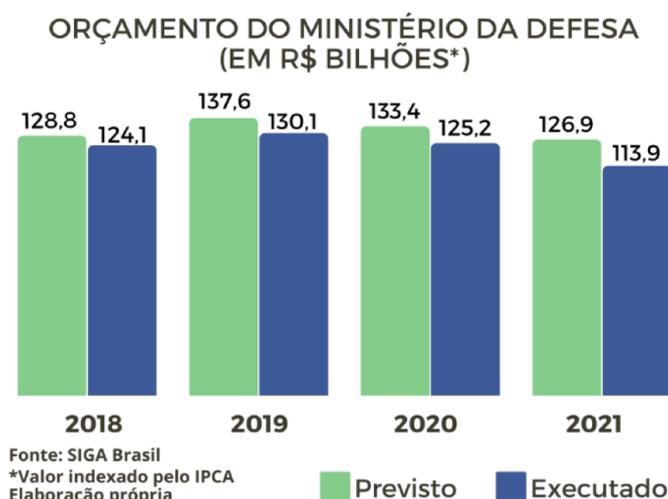
das aeronaves. Em novembro de 2021 as quatro primeiras aeronaves modelo Gripen foram entregues à FAB em cerimônia na cidade sueca de Linköping, sede da Saab.

No âmbito da Marinha, o ano de 2021 foi marcado por cortes de orçamento para o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e para o Programa Nuclear da Marinha (PNM), 31% e 49% respectivamente. Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, a conclusão do projeto do submarino nuclear brasileiro está prevista para 2030 e, caso se confirme, o Brasil será o primeiro país que não possui armas atômicas a trabalhar com um submarino nuclear. No projeto, a França é responsável por fornecer a tecnologia para a construção do casco do submarino, enquanto a Marinha do Brasil é responsável por todo o desenvolvimento do reator nuclear.

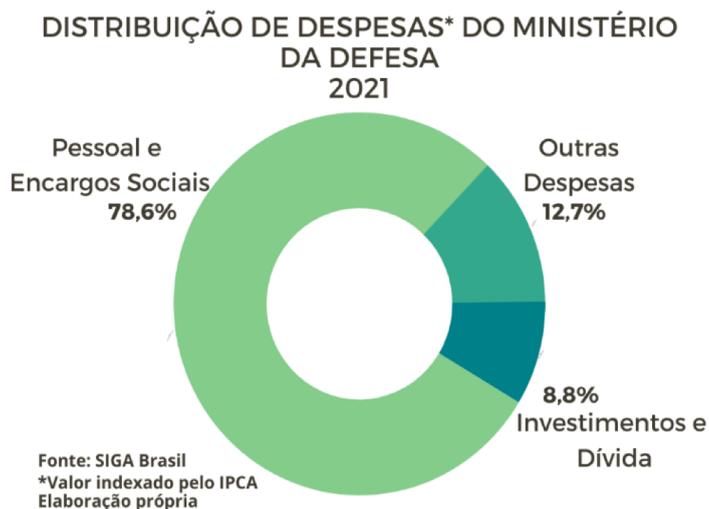
No tocante aos projetos de veículos espaciais, o decreto nº 10.631 foi assinado por Jair Bolsonaro, o então ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, com a finalidade de colocar dados sob sigilo e dispensar licitação para compras e contratação de serviços relacionados a esses projetos, sob a justificativa de se tratar de “atividade de segurança nacional”.

Ainda na temática da indústria de defesa, os jornais divulgaram a pesquisa da consultoria britânica Omega Research Foundation, segundo a qual as exportações brasileiras de armas cresceram no primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, passando de 915 milhões de dólares em 2018 para 1,3 bilhão de dólares em 2019. Além disso, a pesquisa revelou que em 2019 houve um aumento de 16% no número de empresas credenciadas para a comercialização de armas e um crescimento de 21,8% no número de empresas sob o Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa (Retid). Conforme destacou a Folha de S. Paulo, embora os dados da consultoria apontem que governos anteriores já vinham apoiando financeiramente o setor bélico por meio de flexibilizações de regras, concessões e empréstimos a juros baixos, também indicam que o crescimento atual pode ser resultado de um “aparente endosso do Executivo do país”.

Em relação ao orçamento do Ministério da Defesa, conforme indicado no gráfico, o ano de 2021 apresentou uma queda de 4,87% no tocante ao orçamento previsto e 9,03% no executado, quando comparado com 2020. Essa queda é maior em relação ao biênio 2019-2020, principalmente quando observado o orçamento executado, cuja redução foi de 3,76%. Esse cenário orçamentário mostra que a busca pelos 2% do Produto Interno Bruto (PIB) ainda é algo distante da realidade brasileira, tema abordado no periódico Correio Braziliense. A matéria trouxe a questão orçamentária frente a atualização da Estratégia Nacional de Defesa (END), ou seja, que a pasta da Defesa deveria ter recursos equivalentes a 2% do PIB. Ainda segundo o jornal, foi através do Plano Estratégico Setorial do Ministério da Defesa que chegaram nesse valor, como também ele deveria entrar em vigor entre os anos 2020 até 2031.



Todavia, o gasto com pessoal continuou representando a grande fatia do orçamento, com 78,6% destinados a pensionistas e inativos. Em agosto de 2021, por exemplo, uma investigação apurou as pensões aos dependentes de ex-ministros do Superior Tribunal Militar (STM), revelando que estas somaram 27 milhões de reais a mais para os cofres públicos por conta de uma brecha na lei, permitindo pagamentos 31% mais altos do que outras pensões de militares das altas patentes. Face à desproporção entre o orçamento da defesa destinado à folha de pagamentos e aquele que efetivamente é investido nas forças armadas, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, solicitou para 2022 um aumento das verbas para a pasta, justificando que o risco de sucateamento dos equipamentos para a defesa pode dificultar “o cumprimento das missões constitucionais e subsidiárias pelas Forças Armadas”.



Outro assunto bastante comentado no ano de 2021 foi o acúmulo de remuneração dos militares que ocupam cargos no governo federal, tanto no Planalto quanto em estatais, ferindo o teto salarial de servidores (39,2 mil reais). Uma tentativa de manobra do presidente da República para permitir que militares acumulem os salários foi utilizar uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União (TCU) para aumentar os salários de generais da reserva. Nesse sentido, os generais que ocupam cargos no governo passariam a receber salários acima de 60 mil reais. No entanto, já existem militares que ganham além do funcionalismo público, como o general Joaquim Silva e Luna, atual presidente da Petrobras, que além de receber 32,2 mil reais do Exército, acumula rendimentos na casa de 260 mil reais quando considerados seus proventos na estatal.

A expressão “orçamento secreto”, presente no noticiário de 2021, tangenciou os militares principalmente de duas formas. A primeira relacionada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do auxílio emergencial frente à qual se decidiu que as receitas para a defesa nacional constituiriam “interesse nacional” e, portanto, ao serem carimbadas como tal, não poderiam ser redirecionadas a outras áreas. A segunda, através do general Luiz Eduardo Ramos, ministro da Casa Civil à época. Ramos enquanto liderava a pasta teve participação direta no “orçamento secreto” ou “Tratoração”. De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, documentos oficiais mostram que o Ministério da Defesa foi um dos incluídos nas negociações para os repasses de emendas do “orçamento secreto”. A justificativa para o repasse foi aumentar a presença do Estado brasileiro na Amazônia, através do programa Calha Norte.

Outro assunto relacionado ao orçamento dos militares foi o possível superfaturamento de comidas. Em fevereiro, membros do Partido Socialista Brasileiro (PSB), por meio da Procuradoria Geral da República (PGR), pediram investigação sobre a compra de 700 toneladas de picanha e 80 mil cervejas, pois o preço do quilo da picanha pago pelo Exército foi de 84,14 reais e da unidade da cerveja de 9,80 reais. O jornalista Marco Nogueira, em coluna para o jornal Folha de S. Paulo, enfatizou que os militares realizaram churrascos pagos “pelo contribuinte em plena pandemia”. A atuação do Legislativo em relação ao assunto foi tímida, uma vez que Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, anulou a convocação

do Ministro da Defesa, general Braga Netto, para explicar a compra de cerveja e picanha pelas forças armadas, a pedido do líder do governo na Câmara, deputado federal Ricardo Barros, do Partido Progressistas (PP).

Finalmente, o ano de 2021 também foi marcado pela relação entre o orçamento da defesa e a pandemia de covid-19. Até o dia 08 de maio de 2021, segundo o jornal Folha de S. Paulo, a pasta responsável pela Defesa despendeu um orçamento de 572 milhões de reais desde o início da pandemia, quantia que superou a de outros ministérios, como o de Ciência e Tecnologia e o das Relações Exteriores. Tais valores, liberados ao longo da pandemia, foram repassados de forma emergencial, através de medidas provisórias. Porém, em julho de 2021, a procuradora Élidea Graziane Pinto, do Ministério Público de Contas de São Paulo, apresentou um relatório reportando que recursos extraordinários destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no combate à pandemia foram usados em despesas ordinárias da Defesa. A procuradora apontou que a utilização desses recursos foi de diversas formas como: material odontológico; energia elétrica; esgoto; material de coudelaria; uniformes; entre outros.

“Brasil” dos militares: gestão e orçamento em meio à pandemia

Em 2021, os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo veicularam reportagens, colunas opinativas e até mesmo entrevistas envolvendo temas de indústria de defesa e orçamento. A pandemia da Covid-19 também pode explicar o fato de todos os jornais terem noticiado reportagens contendo críticas em relação à Lei Orçamentária Anual, votada em março pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Em um contexto de grave crise sanitária, a Lei direcionava 22% do orçamento da União para o Ministério da Defesa. Nesse sentido, ao longo do ano, todos os jornais noticiaram críticas sobre o aumento dos gastos militares durante a pandemia.

Embora o número de notícias tenha sido menor do que o observado em 2020, destacamos a consistência em relação aos periódicos que mais noticiaram sobre essas temáticas: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo mantiveram-se como os periódicos com maior quantidade de publicações. No entanto, embora o Correio Braziliense tenha sido o jornal com menos publicações sobre os assuntos, em fevereiro de 2021 o periódico publicou uma entrevista com o major-brigadeiro Valter Borges Malta, presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), dedicada especificamente ao tema de aquisição dos caças F-39 Gripen.

Dentre os assuntos abordados pela imprensa, os avanços no Programa FX-2 foi um dos que mais repercutiu entre os periódicos. O eixo comum, entretanto, ensejou abordagens distintas. Por um lado, os jornais destacaram os benefícios advindos com a parceria entre o Brasil e a empresa sueca Saab, tais como: a transferência de tecnologia e a inclusão do país na cadeia produtiva global de aviões. Nesse sentido, O Estado de S. Paulo descreveu positivamente a chegada dos caças como uma renovação da frota nacional a partir de um sistema de combate “com diversas funcionalidades que extrapolam as capacidades de qualquer outra aeronave já operada pela FAB”. Na mesma medida, a supramencionada entrevista do Correio Braziliense destacou a criação de empregos decorrente da construção das aeronaves em território brasileiro. Por outro lado, os jornais também destacaram as implicações negativas dessas aquisições. Segundo o periódico Folha de S. Paulo, elas poderiam ser o motivo da redução nas encomendas do cargueiro militar C-390 *Millennium*, que a FAB havia realizado junto à Embraer. O jornal citou que essa redução seria uma decisão unilateral que representaria uma “péssima notícia” para a Embraer, pois impactaria nas vendas internacionais da aeronave. Embora O Estado de S. Paulo tenha indicado um “aceno de aproximação” entre o governo Bolsonaro e a Embraer, o periódico também destacou que “a

redução da compra abriu uma crise pelo impacto potencial não só nas finanças da empresa, como na imagem dela e no prestígio do KC-390 internacionalmente”.

Outro importante projeto estratégico que ganhou destaque na imprensa foi o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Sobre o tema, O Estado de S. Paulo traduziu e publicou artigo da *The Economist* a respeito do projeto. O texto destacou as controvérsias em torno do projeto de construção do submarino movido à propulsão nuclear; além da aquisição de

quatro submarinos convencionais, o acordo entre Brasil e França prevê a transferência de tecnologia da parte não nuclear do submarino. Dessa forma, o desenvolvimento da parte nuclear do projeto, em particular o domínio do ciclo completo de seu combustível, poderia representar uma ameaça aos países da região, visto que haveria possibilidade de enriquecer o urânio a níveis bélicos.

Entretanto, o texto também pontuou que o programa nuclear brasileiro representaria fontes de prestígio político e tecnológico, uma vez que o material nuclear brasileiro é monitorado pela Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), instituída em 1991. Em contraponto, o Correio Braziliense publicou uma coluna de opinião destacando que a parceria entre Brasil e França não agrada países como EUA e Reino Unido. Ademais, apesar de não indicar de modo direto um posicionamento contrário ao projeto, a coluna ressaltou os desafios orçamentários representados pelo programa e a dificuldade da Marinha do Brasil resolver o que o colunista chama de “sucateamento da esquadra”, a partir da construção de novas fragatas e navios-patrolha.

No tocante ao Orçamento, o gasto com pessoal ainda é o tema que mais apresentou notícias, sendo os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo os que noticiaram com maior frequência em 2021. Vale destacar o esforço de cada jornal em trazer profissionais especializados, ou seja, economistas e cientistas políticos para analisarem os fatos e trazer maior robustez às matérias. Por exemplo, o economista Felipe Salto indicou que o presidente da República poderia congelar os salários dos militares como forma de favorecer o auxílio emergencial. Mas, conforme apontado pelo cientista político Bruno Carazza, pelo fato de Bolsonaro ter passado sua vida política defendendo pautas militares, não seria estranho esse setor receber maior apoio. Nesse sentido, em editorial, O Estado de S. Paulo foi crítico sobre a forma como os militares foram beneficiados ao longo do governo Bolsonaro e que isso seria uma estratégia de cooptação política com o intuito de estabelecer relações diretas de influência. Além disso, o editorial reforçou o despreparo dos militares em ocupar os cargos civis e políticos.

Em menor número, os periódicos também abordaram questões orçamentárias relacionadas aos projetos militares. A Folha de S. Paulo destacou que, apesar de os gastos com as forças armadas no Brasil equivalerem a 42% do total empregado na América Latina, apenas uma pequena fração é destinada para programas como o caça Gripen e o cargueiro KC-390. Em reportagem, a Folha também discorreu sobre o ofício que o ministro da Defesa, Braga Netto, enviou para o Ministério da Economia em junho de 2021. O periódico apontou de modo crítico que o governo de Bolsonaro aumentou a remuneração das forças armadas nos últimos anos, mas reduziu a verba para investimentos em projetos considerados estratégicos.

A aeronave KC390



Fonte: Agência Brasil. Foto de Marcelo Camargo

Por fim, um aspecto que reforça a importância da cobertura da imprensa foram as notícias relacionadas ao “orçamento secreto” e os gastos com alimentação; cabe destacar que predominou entre as notícias aquelas produzidas pelos periódicos paulistas. O Estado de S. Paulo se mostrou crítico ao “orçamento secreto” envolvendo os militares, levantando documentos para apontar que o Ministério da Defesa seria beneficiado por tal orçamento. Uma das reportagens também destacou que esse orçamento teria como intuito claro a compra de votos pelo governo de Bolsonaro, e chegou a questionar o fato de o cargo de ministro da Casa Civil – responsável pela articulação e pela assinatura da emenda que autorizava esse orçamento secreto – ser ocupado por Luiz Eduardo Ramos, um general de quatro estrelas da reserva.

Por outro lado, a Folha de S. Paulo foi responsável por trazer à tona a polêmica das picanhas e cervejas dos militares, enfatizando que enquanto o povo brasileiro sofria pelas consequências da pandemia, as forças armadas desfrutavam do bem-estar pago pelo contribuinte. Em coluna publicada no periódico, o jornalista Marcos Nogueira destacou que o superfaturamento das compras de picanhas e cervejas – itens associados a confraternizações entre pares – já seria ruim normalmente, mas que isso era ainda mais grave em meio a uma pandemia, especialmente quando as forças armadas haviam se recusado “a abrir hospitais para o tratamento de civis com Covid-19”.

Em coluna, o jornal subiu o tom ao chamar de “desmando” a gestão da pandemia coordenada pelo então ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Em linha com essas críticas, O Estado de S. Paulo dedicou uma reportagem exclusiva sobre o uso indevido de recursos extraordinários que deveriam ter sido destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), mas que foram utilizados pelas forças armadas para despesas ordinárias como pagamento de água, luz e mesmo materiais de uso zootécnico.

Um olhar crítico

De maneira geral, a análise da cobertura da mídia sobre os temas de Indústria e Orçamento nos indica a preponderância de assuntos vinculados às questões orçamentárias. Nesses termos, um olhar desatento sobre a questão pode nos orientar à conclusão precipitada de que os temas relativos à Base Industrial de Defesa (BID) de alguma forma têm menor repercussão na imprensa. Entretanto, uma análise mais cautelosa nos revela que os temas relacionados à indústria, antes de questões isoladas sobre os projetos estratégicos das forças armadas, carregam um fundamento comum com os temas de orçamento.

Entendemos que a discussão de fundo a esse respeito pauta-se sobre uma pergunta central; isto é, caberia a um país marcado por desigualdades econômicas e sociais, em meio a um grave quadro de crise sanitária, priorizar gastos militares em detrimento de pastas voltadas ao bem-estar social? Visto de outra forma, não poderiam os recursos do erário destinados à Defesa, em especial os investimentos voltados para o desenvolvimento dos projetos estratégicos, repercutir positivamente sobre o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico do país? Amplamente discutida pela esfera acadêmica, essa questão é comumente tratada pela literatura especializada como o dilema “*guns vs. butter*” – “armas versus manteiga”, em tradução literal.

O debate fundamenta-se sobre o pressuposto de que os recursos são escassos, portanto, as oportunidades de consumo dos países, tendo em vista os recursos e tecnologias disponíveis, são limitadas. Sob essa perspectiva, quanto mais um governo despender recursos para a construção de moradias, menos recursos poderá despender para construção de estradas, por exemplo. Para o dilema supracitado, portanto, cada incremento no número de armas produzidas – representação dos gastos militares – leva a um decréscimo no total de manteiga produzida – representação dos gastos em políticas sociais –, e vice-versa.

Um argumento amplamente difundido, e repercutido por parte da imprensa brasileira, faz referência aos efeitos positivos dos investimentos militares sobre o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico do país. Sob esse entendimento, para além de atender às demandas militares, os investimentos voltados aos projetos estratégicos brasileiros renderiam benefícios industriais e econômicos pelo transbordamento de tecnologias militares para o setor industrial civil e pela geração de empregos qualificados, fomentando o crescimento econômico do país. Esse discurso, entretanto, é contestado pelos estudos mais recentes, que indicam um custo econômico nos gastos militares; isto é, ao contrário de um efeito positivo sobre o crescimento econômico, tais dispêndios militares tendem a afetar negativamente a economia de um país.

No entanto, para além dos efeitos indiretos dos gastos militares sobre o crescimento econômico de um país, quais são os custos de oportunidade da defesa para outras pastas do orçamento público? Em outras palavras, de que forma o aumento ou a redução em tais dispêndios incide diretamente sobre a distribuição do erário para pastas voltadas ao bem-estar social? Análises dessa natureza buscam impor o chamado custo de oportunidade da defesa a um profundo escrutínio, a fim de identificar os custos socioeconômicos dos dispêndios militares. Como destacamos previamente, são essas questões que parecem atravessar o interesse da imprensa em sua cobertura sobre os temas de Indústria e Orçamento. Assim como observado na relação entre gastos militares e crescimento econômico, os resultados das análises sobre os custos socioeconômicos dos dispêndios militares em países latino-americanos indicam a tendência de um efeito negativo. Portanto, especialmente em países como o Brasil, o aumento de recursos destinados à Defesa pode representar a retração de preciosos investimentos em outros setores, tais como Educação e Saúde.

Isso posto, entendemos que o atual contexto brasileiro subverte a fórmula supramencionada. Em certa medida, a noção de escassez de recursos que alicerça o dilema passa a ser subordinada à primazia dos interesses militares; nesses termos, a ideia de alternativa representada pelo *versus* dá lugar à convicção do acúmulo das opções. À luz dos eventos retratados pela mídia, e em contrapartida à fórmula tradicional do dilema, entendemos que a atual conjuntura brasileira pode ser mais bem retratada pela formulação “armas e picanha”. Para além dos investimentos destinados aos projetos estratégicos, aos militares são garantidos recursos que asseguram o “bem-estar social” da própria corporação, deixando em segundo plano as demais parcelas da população. Nesse sentido, os potenciais custos de oportunidade envolvendo o aumento no orçamento da Defesa devem ser objeto de constante e rigorosa análise.

Além de o Ministério da Defesa geralmente estar alocado entre as seis pastas que mais recebem orçamento do governo federal, ao longo da pandemia o Ministério recebeu mais do que outros de maior relevância em relação ao combate da COVID-19. Dessa forma, anterior ao debate sobre um possível aumento orçamentário para cifras equivalentes a 2% do PIB, é fundamental tensionar o destino de quase 80% de todo esse orçamento apenas com gastos de pessoal e encargos sociais. Em outras palavras, talvez a principal questão não orbite o contraponto entre receber ou não mais recursos; a principal questão parece envolver um uso mais eficiente do erário. Por último, observamos também a necessidade de questionar o envolvimento dos próprios militares em torno do processo decisório sobre a definição e alocação dos recursos – em consonância com o debate envolvendo o controle civil sobre as forças armadas; assim como a importância de questionar se esse orçamento está atingindo os objetivos que constam nos documentos estratégicos.

Leituras e materiais recomendados

Ariela Leske

Base Industrial de Defesa

Diego Lopes da Silva

Armas, capital e dependência: um estudo sobre a militarização na América do Sul

Jonathan de Assis e Patricia Borelli

Economia de Defesa: possibilidades de análise

Luís Felipe Giesteira, Patrícia de Oliveira Matos e Thiago Borne Ferreira

A Defesa Nacional no Plano Plurianual 2016-2019: uma avaliação a partir dos projetos estratégicos

Renato Dagnino

Em que a Economia de Defesa pode ajudar nas decisões sobre a revitalização da Indústria de Defesa brasileira?